

NEC Latin America
S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanço patrimonial	12
Demonstrações de resultados	13
Demonstrações de resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Os Administradores da Companhia apresentam a V. Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Aspectos econômicos e financeiros

O ano de 2016 foi de consolidação da operação da NEC Latin America S.A. Colhemos em 2016 os frutos plantados pela profunda transformação pela qual passou a Companhia em 2015, sendo uma nova orientação para soluções de maior valor agregado, redirecionamento comercial, reestruturação do alto escalão e adequação do quadro de funcionários. Diversas outras iniciativas, visando maior eficiência e/ou redução em custos e despesas, continuaram sendo implementadas durante 2016, levando a Companhia a novos patamares de desempenho operacional.

Ainda que as vendas tenham sido afetadas pela mais prolongada recessão já enfrentada pelo País, os resultados demonstraram uma evolução extraordinária em comparação ao ano de 2015, mesmo diante da queda de 8% das vendas de sua Controladora e da desaceleração dos investimentos efetuados pelas grandes operadoras e demais empresas. Os resultados auferidos, entretanto, mostraram grande melhoria: lucro operacional de quase R\$ 29 milhões, ante prejuízo de quase R\$ 17 milhões em 2015, lucro líquido de pouco mais de R\$ 1 milhão em 2016, frente a prejuízo de R\$ 45 milhões em 2015. Mesmo levando-se em conta que os números de 2015 foram afetados por custos de reestruturação de R\$ 31 milhões (registrados integralmente na linha de outras despesas), a melhora no desempenho em 2016, permanece impressionante.

Também em 2016, concretizou-se o plano de total remodelação da estrutura de capital da Companhia, resultando em uma Companhia ainda mais sólida financeiramente e com capacidade de crescimento e investimento revigoradas. Tal remodelação advém do aporte de recursos da matriz no Japão, NEC Corporation, sendo um aumento de capital no montante de R\$ 114 milhões e, dois empréstimos de longo prazo (superior a dois anos), somando R\$ 118 milhões.

Esse aporte de recursos pela matriz possibilitou a quitação completa de todas dívidas bancárias da Companhia, com melhora extraordinária em todos os índices de liquidez. Possibilitará, também, uma grande economia nas despesas financeiras futuras, além de prover recursos substanciais para investimentos e sustentação do crescimento planejado da Companhia.

Parte dos recursos recebidos foram utilizados na aquisição do controle da empresa Arcon Informática S.A., importante fornecedor de serviços de segurança cibernética e, segundo maior competidor local da Sociedade nesse nicho de mercado. Foram investidos R\$ 41 milhões na compra das ações representando 75% do capital.

O resultado consolidado em 2016 apresenta a inclusão da nova controlada, com vendas em 2016 (apenas 3 meses) de R\$ 5 milhões e lucro líquido de R\$ 0,4 milhão.

A conjuntura nacional

O contexto econômico brasileiro em 2016 continuou sinalizando que a crise, iniciada em 2015, ainda permanece. Porém, o cenário mostrou-se mais animador que no ano anterior, com a elevação de alguns números de mercado. Embora ainda seja um índice negativo, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2016, foi de -3,5%. Este resultado indica, apesar de retraído, uma melhora com relação a 2015, quando a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no País foi de -3,8%. A recessão no Brasil, principal economia da América Latina, impactou negativamente na performance econômica da região, que em 2016 encolheu 0,7%.

O Banco Central, por meio de um relatório denominado Focus, que registra consultas a analistas do mercado financeiro, divulgou que a estimativa da inflação para 2017 está abaixo da meta central que havia sido fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 4,5%.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi 0,38% em janeiro de 2017. No mesmo mês, em 2016, o índice havia atingido 1,27%. O IPCA é a base de cálculo para a obtenção do percentual total da inflação em um período.

A taxa básica de juros (Selic), por sua vez, está em 12,25% ao ano. A previsão é que, em dezembro, o País feche 2017 com os juros a 9,50%. Com a redução da taxa, o governo buscará estimular o consumo e o crédito e, ainda, contribuir para o controle dos preços.

Ainda de acordo com o a divulgação do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2017 é de R\$ 3,36. Vale ressaltar que, no início de 2016, a perspectiva era que a moeda norte-americana fechasse o ano a R\$ 4,30, um valor bem acima do que foi registrado de fato.

Já, com relação à balança comercial brasileira, resultado do total de exportações menos as importações, a projeção do relatório é que em 2017 chegue a US\$ 47,2 bilhões, o que representa uma perspectiva otimista, pois a estimativa anteriormente era de que resultasse em US\$ 46,5 bilhões. No que se refere à entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil em 2017, a projeção permanece em US\$ 70 bilhões. Para 2018, a estimativa dos analistas indica US\$ 71,9 bilhões.

O mercado das Telecomunicações e da Tecnologia da Informação

Em um panorama no qual a economia nacional ainda não apresentou resultados realmente convincentes, o setor das telecomunicações se mostra como uma das áreas que se limitam a acompanhar os movimentos do mercado. Segundo dados da Telebrasil (Associação Brasileira de Telecomunicações) divulgados até o momento, o investimento das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, de janeiro a setembro de 2016, foi de R\$17,2 bilhões. O valor é igual à média dos últimos seis anos, entretanto, está 10% abaixo do resultado do mesmo período em 2015.

Por outro lado, no final de 2016, o avanço da revisão do marco regulatório das telecomunicações - PLC 79/16 (PL 3.453), que propõe a antecipação do fim da concessão de telefonia fixa, que apenas terminaria em 2025, no Congresso trouxe novas perspectivas para o setor em 2017. Isso porque a Companhia enxerga o avanço da tramitação da PLC 79/16 como a possibilidade de mais investimentos direcionados para a banda larga.

Analisando as vendas de smartphones no mercado nacional, que sempre apresentaram desempenhos crescentes, estas registraram, em 2016, uma queda de 16%, segundo dados da consultoria Gartner. No total, foram vendidas 43,4 milhões de unidades no período. Em 2015, o número de aparelhos comercializados foi superior a 50 milhões. Além da crise econômica, a consultoria acredita que este resultado é também a consequência da desvalorização do real frente ao dólar.

Dados da Anatel indicam que, até dezembro de 2016, o Brasil tinha 244,1 milhões de celulares em operação, o que representa uma densidade de 118,94 aparelhos para cada grupo de 100 habitantes. Em dezembro de 2015, a proporção era de 125,66 por pessoa no país. Nesse contexto, a participação do pré-pago também caiu e passou a significar 67,48%.

De acordo com a consultoria IDC, o setor de serviços de TI nacional tem expectativa favorável para 2017, com evolução ao redor de 7,0%. A empresa aponta que 54% das médias e grandes empresas no Brasil desejam investir em projetos de transformação digital em 2017, o que demandaria mais projetos para companhias fornecedoras de tecnologia da informação.

Destaques e perspectivas futuras

Há 48 anos atuando no Brasil, a NEC se mantém na vanguarda da implementação das tecnologias mais avançadas, tanto no que se refere ao setor das telecomunicações como no âmbito da TI. Líder no fornecimento de equipamentos para criação da infraestrutura de telefonia móvel e Internet do País, a Empresa soube acompanhar as principais tendências de mercado e colocou seu foco nas demandas reais das companhias.

Essa visão possibilitou que a NEC identificasse novas oportunidades de negócio, que lhe permitiram disseminar localmente os pilares de sua matriz, no Japão. Essas premissas se propõem a gerar valor real para a sociedade por meio de suas soluções, como a introdução das tecnologias de biometria digital, que são reconhecidas mundialmente como as mais precisas do mercado. As ferramentas que a NEC disponibiliza em seu portfólio cumprem exatamente o propósito estabelecido globalmente pela organização.

Com grande contribuição à segurança pública, tanto no que se refere à identificação de pessoas nas fronteiras como em áreas monitoradas nas cidades, as soluções de biometria da NEC, a exemplo do reconhecimento facial, também têm se mostrado extremamente aderentes às necessidades do varejo. O grande destaque nesse contexto, é a utilização da tecnologia como ferramenta fundamental para a prevenção de fraudes na área de crédito das redes varejistas. Atenta ao que há de mais novo no mundo tecnológico, a Companhia vê também novas oportunidades de negócios surgirem no Brasil por meio da fusão de tecnologias inovadoras, como é o caso do *Big Data e Analytics*, combinadas ao reconhecimento facial. A proposta de oferecer um pacote completo, que atenda às expectativas dos clientes e lhes proporcione uma nova perspectiva de atuação, é um dos diferenciais da NEC atualmente.

Em divulgações feitas à imprensa nacional, a ABRANET (Associação Brasileira da Internet), afirmou que as companhias deveriam investir mais em inteligência artificial (IA), a fim de se manterem relevantes no mercado. Essa informação pode ser conferida no relatório *Avanade Technology Vision 2017*, que analisou as tendências para os próximos três anos e concluiu que o Brasil está prestes a entrar em uma nova década de introdução de tecnologias digitais disruptivas, impulsionada pela inteligência artificial e automação. De acordo com o documento, a inteligência artificial passará a ser vista como prioridade e trará oportunidades e novas capacidades para as organizações. O relatório compara a utilização da IA ao que aconteceu na revolução dos computadores pessoais da década de 1990. Por esse motivo, ciente que essa transformação está prestes a acontecer no ambiente corporativo, a NEC Corporation criou em seu portfólio a marca “*NEC the Wise*”, que abriga as soluções de inteligência artificial mais avançadas desenvolvidas nos laboratórios da NEC no Japão e disponíveis globalmente. Por esse motivo, “*NEC the Wise*” representa e sintetiza parte da contribuição da corporação à sociedade. Entre as ferramentas, está a tecnologia capaz de prever deslizamentos em áreas de risco, por meio da utilização de sensores e da aplicação da IA, testada com sucesso no Brasil.

No campo das telecomunicações, que ainda representam uma parcela contundente da receita da NEC no Brasil, a Companhia destaca-se pela oferta de soluções que otimizam as redes e, ao mesmo tempo, possibilitam a diminuição de custos para as operadoras. Um exemplo muito claro disso são as tecnologias de virtualização de funções de rede: *vCPE - Virtualized Customer Premises Equipment*; *vEPC - Virtualized Enhanced Packet Core* e *vDC - Virtualized Data Center*. No âmbito das empresas de serviço de telecomunicações a adoção de tais plataformas representa um passo fundamental para a flexibilidade, segurança e a acessibilidade às redes no futuro.

A NEC anunciou no Brasil, em 2016, a informação acerca da aquisição da Arcon Informática S/A, importante fornecedor de serviços de segurança cibernética e segundo maior competidor local nesse nicho de mercado. Uma vez confirmada a compra, em outubro de 2016, a NEC assumiu o controle da empresa e passou a complementar estrategicamente, assim, seu portfólio no segmento de segurança.

Enquanto 2016 foi um período de retração para muitas companhias que atuam no país, a NEC no Brasil continuou colhendo frutos positivos advindos da reestruturação organizacional iniciada no final do último trimestre de 2014, que teve como objetivo torná-la mais ágil e competitiva. Desde o início das mudanças, que envolveram aspectos como governança, estratégia, liderança e a visão de mercado, a empresa obteve lucro em todos os oito trimestres consecutivos, reforçando o conceito de sustentabilidade financeira que buscava.

No que se refere à Responsabilidade Social Corporativa e Governança, a Companhia continua a aumentar os esforços nos seus processos e controles internos de forma a adequar as operações às recomendações das boas práticas de governança corporativa, garantindo maior transparência e integridade de dados e informações. A eficiência na busca de maior competitividade, bem como em soluções ecologicamente sustentáveis alinhadas com o conceito de *Green IT*, oferecendo soluções de alto desempenho e baixo consumo energético, também são preocupações da Companhia diante da sociedade.

Agradecimentos

A Direção da Companhia expressa seus agradecimentos aos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança que depositaram no relacionamento com a NEC Latin America S.A.

Aos funcionários, que tanto vêm contribuindo durante os últimos anos, e com especial esforço neste ano de desafios que foi o de 2016, a Direção agradece o profissionalismo e a dedicação demonstrados.

A Direção da Companhia agradece em especial à sua controladora NEC Corporation pela confiança e suporte dispensados.

São Paulo, 20 de abril de 2017.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretoria da
NEC Latin America S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da NEC Latin America S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da NEC Latin America S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcelo Gavioli'.

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

NEC Latin America S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora			Passivo	Nota	Consolidado			Controladora		
		2016	2016	2015	2016	2015	2016			2016	2015	2016	2016	2015	
Caixas e equivalentes de caixa	8	22.741	18.878	6.841			Empréstimo e Financiamentos	19	7.110	5.815	155.414				
Outros investimentos		5	5	20			Fornecedores	20	116.678	114.130	157.789				
Contas a receber	9	227.900	225.080	201.207			Arrendamento mercantil a pagar	10b	95	95	26				
Arrendamento mercantil a receber	10a	3.342	3.342	2.918			Impostos e contribuições sociais	12b	24.731	21.062	13.168				
Estoques	11	50.946	50.946	43.021			Salários e férias a pagar		14.128	12.139	12.801				
Imposto de renda e contribuição social	12a	9.920	7.878	14.196			Adiantamento e créditos de clientes		1.835	1.600	3.809				
Impostos e contribuições a recuperar	12a	7.191	7.191	5.549			Outras provisões	21c	3.863	3.863	6.800				
Despesas antecipadas		21.386	14.314	25.954			Outras contas a pagar		4.704	4.611	2.524				
Outros créditos		8.912	8.783	25.259											
Total do ativo circulante		352.343	336.417	324.965			Total do passivo circulante		173.144	163.315	352.331				
Contas a receber de clientes	9	8.749	8.749	306			Empréstimo e Financiamentos	19	117.872	117.765	-				
Arrendamento mercantil a receber	10a	6.521	6.521	7.802			Fornecedores	20	-	-	1.747				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		114	-	-			Arrendamento mercantil a pagar	10b	256	256	-				
Outros créditos		529	20	68			Impostos e contribuições sociais	12b	9.700	-	-				
Depósitos Judiciais	13	18.060	18.000	35.880			Provisão para contingências	21a	21.754	21.349	21.300				
Ativos financeiros disponíveis para venda	15	21.678	21.678	17.802			Outras provisões	21c	6.063	6.063	5.930				
							Put option	22.c	10.443	10.443	-				
Total do realizável a longo prazo		55.651	54.968	61.858			Total do passivo não circulante		166.088	155.876	28.977				
Investimento	16	-	40.936	-			Patrimônio líquido								
Imobilizado	17	17.420	14.430	16.991			Capital social	22a	328.282	328.282	214.377				
Intangível	18	44.291	1.844	2.000			Prejuízos acumulados		(179.176)	(179.176)	(180.612)				
							Ações em tesouraria	22b	(9.259)	(9.259)	(9.259)				
Total do ativo não circulante		117.362	112.178	80.849			Reserva de Capital	22c	(10.443)	(10.443)	-				
									129.404	129.404	24.506				
Total do ativo		469.705	448.595	405.814			Participação dos Sócios não controladores	22d	1.069	-	-				
							Total do patrimônio líquido		130.473	129.404	24.506				
							Total do passivo e patrimônio líquido		469.705	448.595	405.814				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	Nota	2016	2016	2015
Receita operacional	23	431.981	426.613	463.603
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	<u>(317.070)</u>	<u>(313.735)</u>	<u>(352.889)</u>
Lucro bruto		<u>114.911</u>	<u>112.878</u>	<u>110.714</u>
Despesas de vendas	28	(9.044)	(9.044)	(24.082)
Despesas administrativas e gerais	29	(70.682)	(67.381)	(70.196)
Honorários da administração	29	(2.375)	(2.215)	(2.193)
Outras receitas	25a	4.430	2.384	6.832
Outras despesas	25b	<u>(9.899)</u>	<u>(8.315)</u>	<u>(37.717)</u>
Lucro / (Prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e		<u>27.341</u>	<u>28.307</u>	<u>(16.642)</u>
Receitas financeiras	27	30.929	30.642	96.475
Despesas financeiras	27	<u>(57.905)</u>	<u>(57.755)</u>	<u>(124.454)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(26.976)</u>	<u>(27.113)</u>	<u>(27.979)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	16	-	<u>242</u>	-
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		365	1.436	(44.621)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(6.561)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	<u>7.711</u>	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>1.515</u>	<u>1.436</u>	<u>(44.621)</u>
Atribuível aos controladores		1.436	-	-
Atribuível aos não controladores		<u>79</u>	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>1.515</u>	<u>1.436</u>	<u>(44.621)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	1.515	1.436	(44.621)
Outros Resultados Abrangentes			
Itens que talvez sejam reclassificados para o resultado			
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(220)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.515</u></u>	<u><u>1.436</u></u>	<u><u>(44.841)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2015		<u>214.377</u>	<u>-</u>	<u>(135.991)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>220</u>	<u>69.347</u>	<u>-</u>	<u>69.347</u>
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(44.621)	-	-	(44.621)	-	(44.621)
Outros resultados abrangentes									
Operações no exterior -diferenças cambiais de conversão		-	-	-	-	(220)	(220)	-	(220)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>214.377</u>	<u>-</u>	<u>(180.612)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>-</u>	<u>24.506</u>	<u>-</u>	<u>24.506</u>
Aumento de Capital	22a	113.905	-	-	-	-	113.905	-	113.905
Lucro líquido do exercício		-	-	1.436	-	-	1.436	79	1.515
Combinação de negócios	22d	-	-	-	-	-	-	990	990
Reserva para futuro aumento de investimento		-	(10.443)	-	-	-	(10.443)	-	(10.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>328.282</u>	<u>(10.443)</u>	<u>(179.176)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>-</u>	<u>129.404</u>	<u>1.069</u>	<u>130.473</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.515	1.436	(44.621)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	10.166	9.754	10.256
Provisão para perda de imobilizado	(784)	(784)	1.904
Baixa imobilizado e intangível	371	371	1.179
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	-	-	(220)
Varição cambial sobre Empréstimos	(27.294)	(27.294)	15.317
Juros sobre Empréstimos	10.666	10.666	11.327
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.073)	(12.073)	7.867
Provisão para perda nos estoques	(9.361)	(9.361)	(3.152)
Provisão para contingências	49	49	(1.566)
Resultado de equivalencia patrimonial	-	(242)	-
Juros sobre arrendamento mercantil a receber	(1.245)	(1.245)	-
Outras provisões	(2.789)	(2.789)	2.324
	<u>(30.779)</u>	<u>(31.512)</u>	<u>615</u>
Variações nos ativos (aumento)/redução			
Contas a receber de clientes	(17.110)	(20.243)	(1.877)
Arrendamento mercantil a receber	2.102	2.102	2.352
Estoques	1.436	1.436	3.775
Impostos e contribuições a recuperar	3.147	4.676	(7.752)
Despesas antecipadas	9.972	11.640	5.695
Depósitos judiciais	17.871	17.880	(1.306)
Outros créditos	16.734	16.524	(9.345)
Variações nos passivos (aumento)/redução			
Fornecedores	(47.858)	(45.406)	6.705
Arredamento mercantil a pagar	325	325	(125)
Impostos e contribuições a recolher	5.968	7.894	3.807
Salários e férias a pagar	(1.144)	(662)	(368)
Outras contas a pagar	2.041	2.087	(7.005)
Adiantamentos e créditos de clientes	(2.215)	(2.209)	2.050
Caixa usado nas atividades operacionais	<u>(39.510)</u>	<u>(35.468)</u>	<u>(2.779)</u>
Juros pagos sobre empréstimos	<u>(9.220)</u>	<u>(9.220)</u>	<u>(8.067)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(48.730)</u>	<u>(44.688)</u>	<u>(10.846)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Caixa líquido de abertura de investida	9.237	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível	(7.857)	(6.338)	(4.900)
Investimentos	(2.962)	(2.964)	-
Investimentos ágio	(38.016)	(38.016)	-
Recebimento de empréstimos	528	-	-
Ativo financeiros disponíveis para venda	(3.876)	(3.876)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(42.946)</u>	<u>(51.194)</u>	<u>(4.900)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de novos empréstimos	236.064	236.407	210.897
Amortização de empréstimos	(242.393)	(242.393)	(192.697)
Aumento de capital	113.905	113.905	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>107.576</u>	<u>107.919</u>	<u>18.200</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>15.900</u>	<u>12.037</u>	<u>2.454</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.841	6.841	4.387
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>22.741</u>	<u>18.878</u>	<u>6.841</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>15.900</u>	<u>12.037</u>	<u>2.454</u>
Transações que não movimentaram caixa			
Registro de put option contra reserva de capital	10.443	10.443	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A NEC Latin América S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, capital. A Companhia opera no segmento de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), fornecendo soluções, produtos e serviços para corporações, empresas e governos. A Companhia fornece um amplo leque de soluções de acesso, transporte, core de rede e aplicações para as operadoras, assim como soluções de voz e redes para os clientes corporativos. A Companhia tem aumentado a sua atuação nestes segmentos, oferecendo soluções de serviços profissionais, com destaque na oferta de serviços gerenciados baseados em NOC (Network Operation Center) e SOC (Security Operation Center) e soluções de outsourcing. Alinhada às tendências dos mercados em que atua, a Companhia tem trabalhado também em soluções emergentes, como Cloud, SDN/NFV, RAN, Small Cells, OSS/BSS, Comunicações Unificadas, Cidades Inteligentes, Cinema Digital, Data Center, Segurança Integrada, entre outros.

A Companhia tem desenvolvido "Soluções para a Sociedade", que promovem a segurança, a proteção, a eficiência e a equidade. Sob a mensagem corporativa "*Orchestrating a brighter world*" (Orquestrando um mundo mais brilhante), a NEC tem como objetivo ajudar a resolver uma ampla gama de temas desafiantes e criar novos valores sociais para o mundo de amanhã, que muda a cada momento.

Participa diretamente na seguinte empresa:

a. A Nec Soluções de Segurança Cibernética S.A.

A Nec Soluções de Segurança Cibernética S.A é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo, tendo como objetivo social suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informática.

2 Aquisição de Controladas

Em 01 de outubro de 2016, a Companhia adquiriu 75% da empresa Arcon Informática S.A. (que teve sua razão social alterada para NEC Soluções Segurança Cibernética), prestadora de serviços de segurança cibernética, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

(a) Contraprestação transferida

A contraprestação transferida na data de aquisição foi no valor de R\$ 40.980 em caixa.

(b) Contraprestação Contingente

A Companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores um valor adicional “*Earn-Out*” em função pré-definida do EBITDA agregado do ano 1 e ano 2 após o fechamento. De acordo com laudo contábil, o EBITDA definido não atingirá o mínimo para pagamento de *Earn-Out*, portanto, não foi reconhecida tal contraprestação contingente.

(c) Com relação aos planos de aquisição total da Investida, foi reconhecido um passivo de R\$ 10.443. Esse valor foi calculado baseado no valor mínimo para o cálculo do valor a pagar na estrutura de call-put options, diante da definição de que a projeção de EBITDA a ser considerado para o agregado de 2016 e 2017 não vai atingir o valor mínimo estipulado para pagamento do *Earn-Out*.

(d) Custo de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 86 referentes a laudo contábil. Esses custos foram registrados como "Despesas Administrativas" na demonstração de resultado.

(e) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

Em milhares de Reais	100%	75%
Caixa e equivalentes de caixa	9.237	6.928
Conta a receber de clientes	5.953	4.465
Depósitos Judiciais	51	38
Despesas Antecipadas	5.404	4.053
Impostos e Contribuições a recuperar	628	471
Outros Créditos	1.376	1.032
Imobilizado	1.674	1.256
Intangível	4.928	3.696
Fornecedores, adiantamentos e outras contas a pagar	(7.856)	(5.892)
Empréstimos e Financiamentos	(1.744)	(1.308)
Impostos e Contribuições sociais a pagar	(14.418)	(10.814)
Provisão para Contingência	(1.281)	(961)
	<u>3.952</u>	<u>2.964</u>
Total dos ativos identificáveis, líquido	<u>3.952</u>	<u>2.964</u>

(a) Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Em milhares de Reais	100%	75%
Contraprestação transferida	54.640	40.980
Valor justo dos ativos identificáveis	<u>(3.952)</u>	<u>(2.964)</u>
Ágio	<u>50.688</u>	<u>38.016</u>

Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos resultou na identificação de ativos intangíveis conforme a seguir:

	75%
Ajuste a valor justo. Ativos intangíveis	11.536
Software (desenvolvido internamente) (i)	769
Relacionamento c/clientes (não contratual) (ii)	450
Relacionamento c/clientes (contratual) (ii)	1.060
Participação não controlador	<u>(2.884)</u>
Parcela não alocada	<u>29.364</u>

- (i) Método de mensuração “Replacement Cost” com identificação de vida útil de 10 anos;
- (ii) Método de mensuração “MEEM (Multi-Period Excess Earnings)” com identificação de vida útil de 5 anos;
- (iii) Método de mensuração “MEEM (Multi-Period Excess Earnings)” com identificação de vida útil de 8,5 anos;

O ágio foi reconhecido e alocado em contas distintas conforme abaixo.

Ágio - Mais valia	8.652
Ágio - <i>Goodwill</i>	<u>29.364</u>

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2017.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Classificação de arrendamento mercantil;
- **Nota 23** - Receita

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- **Nota 11** - Provisão de estoque para ajuste a valor de realização
- **Nota 21a** - Provisão para contingências
- **Notas 17 e 18** - Provisão para valor recuperável de imobilizado e intangível
- **Notas 17 e 18** - Depreciação e amortização de imobilizado e intangível
- **Nota 30** - Utilização de prejuízos fiscais
- **Nota 31** - Mensuração de instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação segundo a forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 31** - Instrumentos financeiros

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação.

b. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e Empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de custo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, a qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquida de quaisquer efeitos tributários, é reconhecida como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Os detalhes das operações com instrumentos financeiros derivativos estão descritos na Nota 31 - Instrumentos financeiros.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de armazenagem e montagem e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os itens do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2016	2015
Instalações	10 anos	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	5~10 anos	5~10 anos
Ferramentas e instrumentos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e ajustados caso seja apropriado.

No exercício de 2016 a Companhia realizou a revisão das premissas para determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Como consequência desta análise, a Companhia não identificou a necessidade de modificação nas vidas úteis anteriormente aplicadas.

f. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis incluem softwares adquiridos de terceiros e/ou gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
- Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos os gastos apenas da fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:
- Envolvem um plano ou projeto visando novos softwares ou aprimoramento substancial de softwares já existentes;
- Os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável;
- O produto for técnica e comercialmente viável;

- Os benefícios econômicos futuros são prováveis; e
- A Companhia tem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequêntes

Os gastos subsequêntes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela taxa de 20% a.a. (5 anos) quando referem-se a softwares utilizados como sistemas integrados e 33,33% a.a. (3 anos) para demais softwares adquiridos pela Companhia.

g. Arrendamento financeiro (arrendador)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente aos clientes da Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um bem. Tais contratos são registrados como arrendamento mercantil a receber e reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, os pagamentos mínimos de arrendamento recebidos sob arrendamentos financeiros são alocados entre receitas financeiras e redução do ativo em aberto. As receitas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do ativo.

h. Arrendamento financeiro (arrendatário)

No início do contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações exigidas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo relativo. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira e redução do passivo em aberto.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo montante igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

i. Arrendamento operacional

Os ativos mantidos sobre arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

j. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não os estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(i) Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia em uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

(ii) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

(iii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

m. Receita operacional

Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos ao comprador, da probabilidade dos benefícios econômicos e financeiros fluirão para a Companhia, dos custos associados e a possível devolução das mercadorias poderem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receitas financeiras ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia não reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado em decorrência de não possuir histórico de lucro tributável nos últimos anos e por não ser provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis em um futuro próximo e contra os quais seriam utilizados.

p. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia e suas controladas elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

q. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 31).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

Transição

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando suas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais mensurados ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2016.

Na classificação como VJORA, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam registrados em outros resultados abrangentes, não haveria perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas no resultado e nenhum ganho ou perda seria reclassificado para o resultado na alienação. Na classificação como VJR, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam reconhecidos no resultado à medida em que surjam, aumentando a volatilidade nos resultados da Companhia.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com uma componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9. No entanto, a Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material se as exigências da IFRS 9 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2016.

(iv) Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1 de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de hedge devem ser aplicados prospectivamente. No entanto, a Companhia poderá optar por aplicar a alteração esperada na contabilização das mudanças no valor justo do elemento a termo dos contratos de câmbio retroativamente. A Companhia não tomou qualquer decisão relativa a esta opção.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
 - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia atualmente está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras da adoção da norma. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento

A Companhia possui um contrato que legalmente não é um contrato de arrendamento, pelo qual concluiu que o contrato contém um arrendamento de equipamento nos termos da IFRIC 4.

Na transição para a IFRS 16, a Companhia pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Companhia está avaliando se aplicará o expediente prático e o potencial impacto em suas demonstrações financeiras, e se isso afetará o número de contratos identificados como arrendamento na transição.

(ii) Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição irá aplicar.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Aplicações financeiras	14.328	11.507	5.210
Caixa e bancos	8.413	7.371	1.631
	<u>22.741</u>	<u>18.878</u>	<u>6.841</u>

Esses investimentos financeiros referem-se em sua totalidade a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa de 99% a 101% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, aplicados em instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha e classificadas na categoria de ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

9 Contas a receber

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Circulante:			
No País	231.693	228.873	216.048
No Exterior	39	39	137
Partes relacionadas exterior (Nota 14)	38	38	965
Menos:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.870)</u>	<u>(3.870)</u>	<u>(15.943)</u>
Total circulante	<u>227.900</u>	<u>225.080</u>	<u>201.207</u>
Não circulante:			
No País	<u>8.749</u>	<u>8.749</u>	<u>306</u>
Total não circulante	<u>8.749</u>	<u>8.749</u>	<u>306</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação individual dos créditos e no histórico de perdas. O valor da provisão é considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

A Companhia efetuou durante o exercício de 2016, operações de cessão de crédito sem direito de regresso ou coobrigação para instituições financeiras sendo:

<u>Controladora</u>					
<u>2016</u>			<u>2015</u>		
Valor de face	Valor recebido	Comissão	Valor de face	Valor recebido	Comissão
128.160	126.278	1.883	164.054	161.486	2.568

As comissões cobradas pelas instituições financeiras relacionadas às operações de cessão de crédito em 2016 variam em média 1,349% sobre o valor de face dos títulos em 2016 (1,253% em 2015).

O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 27.

Pelos acordos firmados, a Controladora cede e transfere a uma instituição financeira, sem direito de regresso ou coobrigação do cedente, os direitos sobre títulos a receber de seus clientes. Ao adquirir os títulos, a instituição financeira (Cessionário) assume todo o risco quanto ao recebimento dos valores junto aos clientes da Controladora no vencimento dos mesmos.

Os títulos cedidos, seus respectivos vencimentos e o valor de aquisição são descritos em cada contrato. A baixa dos títulos do contas a receber é efetuada concomitantemente ao recebimento

pela Controladora, dos valores referentes a cessão de crédito. Quando do recebimento dos valores junto ao Cessionário, a Controladora dá quitação total aos títulos cedidos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outras contas é divulgada na Nota 31.

10 Arrendamento mercantil

a. Arrendamento mercantil financeiro para arrendador

A Companhia tem firmado contratos de locação e comodato com opção de venda ao final da vigência dos mesmos, os quais foram considerados como arrendamento mercantil financeiro, em razão da transferência dos riscos e benefícios sobre os referidos bens ao cliente, sendo:

Prazo (Meses)	Taxa de Juros (a.a.)	Consolidado	Controladora	
		2016	2016	2015
60 (i) (ii)	12,14% a 14,40%	5.945	5.945	5.853
54 (ii)	12,47% a 13,4%	1.985	1.985	2.680
48 (ii)	8,35% a 13,39%	1.933	1.933	2.142
36 (ii)	11,30%	-	-	45
		9.863	9.863	10.720
	Circulante	3.342	3.342	2.918
	Não circulante	6.521	6.521	7.802

- (i) Contrato de locação para prover serviço de outsourcing de voz e de dados, mediante pagamento de R\$ 50, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2016, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 40 (R\$ 63 em 2015).
- (ii) Contratos de locação de equipamento para projeção em salas de cinema (projektor, tela), mediante pagamento de 1% do valor total dos bens remetidos, em uma única vez, corrigido pelo I-GPM até a data do efetivo pagamento em que a opção de compra for exercida, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2016, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 9.823.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores a receber decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros estão compostos a seguir:

2016	Controladora		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	4.382	7.380	11.762
Juros	(1.040)	(859)	(1.899)
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	3.342	6.521	9.863

	Controladora		
	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2015			
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	4.229	9.621	13.850
Juros	(1.311)	(1.819)	(3.130)
	2.918	7.802	10.720
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	2.918	7.802	10.720

b. Arrendamento mercantil financeiro para arrendatário

A Companhia possui dois contratos de locação com características de arrendamento mercantil financeiro, que foram reconhecidos no passivo tendo como contrapartida o reconhecimento do bem adquirido no grupo do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 06 sendo:

Item arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de desconto	Início vigência	Controladora	
						2016	2015
Monitores	50	DMS-3.2215/10-00-AD 7	36	5,30%	dez/13	-	26
Notebooks	135	01-01 Convênio 0460	36	15,40%	nov/16	351	-
						351	26
					Circulante	95	26
					Não circulante	256	-

Contrato pós-fixado sem reajuste anual com vigência 36 meses, cláusula de opção de compra ao final do contrato mediante valor de mercado ao final do arrendamento.

O encerramento contratual antecipado é irrevogável e irretroatável pelas partes, uma vez que os bens comprados segundo indicação da arrendatária e unicamente para serem arrendados à arrendatária.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor contábil líquido dos equipamentos de informática adquiridos pelos contratos acima referidos e que foram reconhecidos como parte integrante do ativo imobilizado da Companhia corresponde a R\$ 351, contabilizados em imobilizado em andamento, composto conforme segue:

	Controladora		
	2016		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato DMS-3.2215/10-00	524	(524)	-
Equipamentos novos - contrato 01-01 Convênio 0460	351	-	351
	875	(524)	351
Valor líquido dos equipamentos adquiridos	875	(524)	351

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a obrigação da Companhia decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

	Controladora		
	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2016			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	154	282	436
Juros	<u>(59)</u>	<u>(26)</u>	<u>(85)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>95</u>	<u>256</u>	<u>351</u>
	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2015			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	26	-	26
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>26</u>

11 Estoques

	Consolidado	Controladora	
	2016	2016	2015
Materiais para revenda:			
Nacionais	14.548	14.548	16.812
Importados	47.738	47.738	43.817
Nacional	397	397	479
Importados	370	370	102
Provisão para ajuste ao valor de realização	(12.910)	(12.910)	(22.271)
Importações em andamento	<u>803</u>	<u>803</u>	<u>4.082</u>
	<u>50.946</u>	<u>50.946</u>	<u>43.021</u>

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização. A Companhia adota os seguintes critérios para a determinação do valor da provisão:

- Itens sem movimentação de 3 até 6 meses: provisão de 30% do valor contábil.
- Itens sem movimentação de 6 até 12 meses: provisão de 50% do valor contábil.
- Itens sem movimentação há mais de 12 meses: provisão de 100% do valor contábil.
- Itens emprestados e em situação simbólica para refaturamento: provisão de 100% do valor contábil.
- **Itens danificados:** provisão de 100% do valor contábil.

- Itens atrelados a contratos de manutenção tem sua provisão constituída mensalmente proporcionalmente ao prazo de contrato de forma que ao final do contrato, os itens nessa situação estejam com seu saldo 100% provisionado.

12 Impostos e contribuições (ativo e passivo)

a. Impostos e contribuições a recuperar

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
		2016	2016	2015
Imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e contribuição social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	(i)	9.920	7.878	14.196
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)	(ii)	372	372	571
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”)	(iii)	860	860	1.385
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”)	(iv)	4.360	4.360	1.676
Instituto nacional do seguro social (“INSS”)	(v)	1.518	1.518	1.793
Programa Integração Social (“PIS”)	(ii)	<u>81</u>	<u>81</u>	<u>124</u>
Total circulante		<u>7.191</u>	<u>7.191</u>	<u>5.549</u>

- (i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social - IRPJ/CSLL
O saldo corresponde em sua maioria ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos na fonte nos recebimentos de clientes, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições a pagar nos exercícios subsequentes.
- (ii) Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social -COFINS
O saldo corresponde a valores a compensar de PIS e COFINS sobre operações de importação de serviços e créditos sobre aquisição de ativo imobilizado destinados a locação a serem compensados na proporção de 1/48 avos.
- (iii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis e comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis, gerados nas unidades comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (v) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
O saldo decorre de créditos originados de retenções nas vendas de serviços equiparados a construção civil e são compensados com o INSS incidente sobre a folha de pagamento da Companhia.

b. Impostos e contribuições a recolher

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
		2016	2016	2015
Impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09	(i)	10.679	10.679	18.122
Depósitos judiciais s/ impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (Nota 13)	(i)	(8.246)	(8.246)	(18.122)
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		6.116	6.116	6.300
PIS e COFINS sobre faturamento		4.309	3.553	1.626
ISSQN sobre faturamento		2.734	2.680	2.581
Imposto sobre produtos industrializados ("IPI") sobre faturamento		2.096	2.096	438
Retenção ISSQN Lc 116/03 - serviços de terceiros		1.424	1.424	1.365
Inss a recolher Mp 563/12		64	4	-
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços ("ICMS") sobre faturamento		2.835	2.437	-
Outros		2.720	319	858
Total circulante		<u>24.731</u>	<u>21.062</u>	<u>13.168</u>
PIS e COFINS sobre faturamento (parcelamento)		1.397	-	-
IRPJ e CSL (parcelamento)		3.722	-	-
Inss A Recolher Mp 563/12 (parcelamento)		79	-	-
ISS a recolher (parcelamento)		4.502	-	-
Total não circulante		<u>9.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) Impostos a pagar adesão - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09
Em 24 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 "REFIS IV".

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total dos depósitos judiciais realizados na Controladora corresponde a R\$ 23.406 (R\$ 51.346 em 2015). O valor total dos débitos, no montante de R\$ 8.246 (R\$ 18.122 em 2015), após as reduções estabelecidas pelo programa fiscal da Lei nº 11.941/09, que ainda estão sujeitos à validação pelas autoridades competentes, para fins de apresentação foi compensado com os depósitos judiciais relacionados às ações a eles correspondentes até o limite do saldo passivo em aberto. O saldo remanescente dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 15.160 (R\$ 33.224 em 2015), permaneceu apresentado no ativo não circulante, conforme demonstrado na Nota 13.

<i>Movimentação dos saldos</i>	Consolidado					
		2015		2016		
		Imposto	Saldo inicial	Correção Monetária (*)	Adições Provisão	Exclusão Baixa por Recebimento
2003.61.00.020741-1	CPMF	3.689	375	1.500	(3.763)	1.801
2002.61.19.003660-4	INSS	491	41	-		532
MS 2004.61.00.020031-7						
AC 2004.61.00.026108-2	INSS	2.289	208	-	(2.497)	-
2000.61.00.001064-0	INSS	3.947	134	-	(4.081)	-
2002.61.19.003659-8	INSS	411	34	-		445
2001.61.19.003653-3	INSS	130	11	-		141
2001.61.19.003654-5	INSS	450	37	-		487
MS 89.0031441-6						
96.0032851-0	IOF	834	69	-		903
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	3.086	257	-		3.343
MS 88.0026225-2						
AO 2004.61.00.020665-4						
MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	2.795	232	-	-	3.027
		18.122	1.398	1.500	(10.341)	10.679

(*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 13,24% a.a. em 2016 (12,34% em 2015) e é determinada com base na Selic.

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2016	2016	2015
(Prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	365	1.436		(44.621)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%		34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(124)	(488)		15.171
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(5.261)	(5.602)		(3.728)
Outros itens:				
Ativos fiscais diferidos não reconhecidos sobre a variação nas diferenças temporárias	10.256	9.668		(667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	(3.721)	(3.578)		(10.776)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.150	-		-
Alíquota efetiva	315%	0%		0%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a esses itens, pois não é provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em um futuro próximo para que a Companhia possa realizar os benefícios destes.

13 Depósitos judiciais

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Processos tributários - exceto Anistia REFIS (i)	14.518	14.515	13.488
Processos tributários - Anistia REFIS (ii)	23.406	23.406	51.346
Processos previdenciários (i)	483	483	665
Processos trabalhistas	2.501	2.444	2.567
Processos cíveis	48	48	9
Total de depósitos judiciais	40.956	40.896	68.075
<i>(-) Valores apresentados em uma base líquida com o passivo correspondente:</i>			
Processos tributários - exceto Anistia REFIS	(12.889)	(12.889)	(12.033)
Processos previdenciários	(483)	(483)	(663)
Processos trabalhistas	(1.278)	(1.278)	(1.377)
Total de depósitos apresentados em provisão para contingências (Nota 21a) (i)	(14.650)	(14.650)	(14.073)
Depósitos Anistia - REFIS	(8.246)	(8.246)	(18.122)
Total de depósitos apresentados em impostos a recolher (Nota 12b) (ii)	(8.246)	(8.246)	(18.122)
Valores apresentados no ativo não circulante	18.060	18.000	35.880

- (i) Em 31 de dezembro de 2016 o valor de depósitos judiciais relacionados a processos tributários (exceto REFIS), trabalhistas e cíveis totalizava R\$ 17.490 (R\$ 16.729 em 2015). Deste montante, R\$ 14.650 (R\$ 14.073 em 2015) foram vinculados à provisão para contingências dos processos correspondentes, e apresentados no passivo não circulante. O saldo remanescente, de R\$ 2.840 (R\$ 2.656 em 2015) permaneceu apresentado no ativo não circulante.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía R\$ 23.406 (R\$ 51.346 em 2015) em depósitos judiciais relacionados aos processos para os quais a Companhia aderiu ao REFIS - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, o qual apresenta-se inferior ao montante da dívida à qual está atrelado, tendo em vista a existência de discussão em processo judicial específico sobre a possibilidade de inserção de determinados débitos em anistia, mesmo que referidos débitos, em seus processos próprios, tenham sido convertidos nos termos do disposto na Lei nº 11.941/09. Assim, em função do valor total dos depósitos judiciais relativos ao REFIS ser inferior ao total da provisão dos processos correspondentes, este montante é apresentado como fator redutor do saldo de impostos a recolher no passivo circulante até o limite do saldo em aberto, que em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 8.246 (R\$ 18.122 em 2015). O saldo remanescente, de R\$ 15.160 (R\$ 33.224 em 2015), permaneceu apresentado no ativo não circulante.

Movimentação dos depósitos judiciais

	Consolidada						
	2015	2016					
	Saldo inicial	Aquisição Controlada	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	13.488	3	1.027	-	-	-	14.518
Processos tributários (Anistia - REFIS)	51.346	-	1.805	(29.145)	-	(600)	23.406
Processos previdenciários	665	-	45	(227)	-	-	483
Processos trabalhistas	2.567	48	754	(7)	(630)	(231)	2.501
Processos cíveis	9	-	39	-	-	-	48
Total de depósitos judiciais	68.075	51	3.670	(29.379)	(630)	(831)	40.956

	Controladora					
	2015	2016				
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Saldo final
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	13.488	1.027	-	-	-	14.515
Processos tributários (Anistia - REFIS)	51.346	1.805	(29.145)	-	(600)	23.406
Processos previdenciários	665	45	(227)	-	-	483
Processos trabalhistas	2.567	745	(8)	(630)	(231)	2.444
Processos cíveis	9	39	-	-	-	48
Total de depósitos judiciais	68.075	3.661	(29.380)	(630)	(830)	40.896

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de mercadorias para revenda e contratação de serviços, entre a Companhia e sua controladora NEC Corporation, coligadas e outras partes relacionadas.

NEC Latin America S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes (Nota 9)	38	38	965
Outros créditos	<u>5.206</u>	<u>5.206</u>	<u>4.330</u>
	<u>5.244</u>	<u>5.244</u>	<u>5.295</u>
Passivo circulante			
Fornecedores (Nota 20)	33.001	33.001	51.892
Empréstimos (Nota 19)	5.815	5.815	-
Outras contas a pagar	629	629	1.182
Adiantamentos e créditos de clientes	<u>1.413</u>	<u>1.413</u>	<u>1.692</u>
	<u>40.858</u>	<u>40.858</u>	<u>54.766</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores (Nota 20)	-	-	1.747
Empréstimos (Nota 19)	117.765	117.765	
	<u>117.765</u>	<u>117.765</u>	<u>1.747</u>
Resultado			
Receita operacional	228	228	1.079
Compras	31.800	31.800	43.545

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado estão demonstrados abaixo:

	2016								2015							
	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante			Passivo não circulante	Resultado		Ativo Circulante		Passivo Circulante			Passivo não circulante
	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos	Adiantamentos créditos de clientes	Outras contas a pagar	Empréstimos	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes e Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos Outras contas a pagar	Adiantamentos créditos de clientes	Fornecedores
Controladora																
NEC Corporation (Japão)	184	20.160	-	736	24.440	5.815	1.413	242	117.765	816	25.285	1.374	37.322	38.289	1.692	-
Outras partes relacionadas																
NEC America, Inc. (EUA)	44	3.684	38	-	112	-	-	-	-	263	4.914	-	353	-	-	-
NEC Argentina S.A.	-	977	-	-	6.821	-	-	-	-	-	499	1.897	11.804	-	-	1.747
NESIC Brasil S.A.	-	3.572	-	-	347	-	-	-	-	-	6.229	-	1.511	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	1.411	-	-	530	-	-	-	-	-	2.126	-	503	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	-	-	749	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	216	-	-	48	-	-	-	-	-	-	-	83	-	-	-
NEC Europe LTD.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	-	-	-	-	-
NEC Chile	-	1.046	-	620	264	-	-	-	-	-	932	683	267	-	-	-
NEC Colombia	-	10	-	1.755	-	-	-	-	-	-	2.241	772	49	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	436	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NEC Portugal - Telecomunicações e Sistemas S.A.	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NETCRACKER Technology Corp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	278	-	-	-	-	-
Global View S.A.	-	-	-	1.346	-	-	-	-	-	-	-	569	-	-	-	-
NEC Plataforms Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	421	-	-	-	-	-
NEC Management Partner LTD	-	716	-	-	-	-	-	387	-	-	389	-	-	531	-	-
NEC Unified Solutions, Inc	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	137	-	-	-	-	-
NEC Corporation (Thailand) Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-
NEC Corporation Singapore	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
	<u>228</u>	<u>31.800</u>	<u>38</u>	<u>5.206</u>	<u>33.001</u>	<u>5.815</u>	<u>1.413</u>	<u>629</u>	<u>117.765</u>	<u>1.079</u>	<u>43.545</u>	<u>5.295</u>	<u>51.892</u>	<u>1.182</u>	<u>1.692</u>	<u>1.747</u>

15 Ativos financeiros mantidos para venda

Os ativos financeiros mantidos para venda representam participações em Empresas relacionadas nas quais a Companhia não possui influência significativa. Esses instrumentos patrimoniais são mantidos a custo pois não possuem um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido.

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
NEC Argentina S.A.	5.651	5.651	1.775
Nesic Brasil S.A.	2.769	2.769	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	963	963	963
Provisão para perda no valor recuperável: Boviel - Kyowa S.A.	(963)	(963)	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A	102	102	102
Global View S.A	13.156	13.156	13.156
	<u>21.678</u>	<u>21.678</u>	<u>17.802</u>
Total			

Movimentação dos saldos

	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	<u>Controladora</u>		
			2015	2016	
			Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Nec Argentina S.A.	6.668.625	2%	1.775	3.876	5.651
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	-	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	979.575	1,86%	963	-	963
Provisão do investimento Boviel - Kyowa S.A.	n/a	n/a	(963)	-	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	373.328	0,01%	102	-	102
Global View S.A	750.000	15%	13.156	-	13.156
			<u>17.802</u>	<u>3.876</u>	<u>21.678</u>
Total					

16 Investimentos

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
<i>Investimentos:</i>			
NEC Soluções Segurança Cibernética	3.206	3.206	-
NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio	37.730	37.730	-
Datavia	-	-	94
Provisão para perda no valor recuperável: Datavia	-	-	(94)
	<u>40.936</u>	<u>40.936</u>	<u>-</u>
Total investimentos			

Movimentação dos saldos

	Controladora						
	Qtde. de quotas/ações	2015 % de participação no capital social	2015		2016		Saldo Final
			Saldo Inicial	Adições	Amortização mais valia	Resultado de equivalência patrimonial	
Outros investimentos							
NEC Soluções Segurança Cibernética	738.033	75%	-	2.964	-	242	3.206
NEC Soluções Segurança Cibernética - Ágio			-	28.700	-	-	28.700
NEC Soluções Segurança Cibernética - ativos identificáveis			-	9.316	(286)	-	9.030
Datavia	99.998	100%	94	-	-	-	94
Provisão para perda no valor recuperável: Datavia	n/a	n/a	(94)	-	-	-	(94)
Total investimentos			<u>-</u>	<u>40.980</u>	<u>(286)</u>	<u>242</u>	<u>40.936</u>

17 Imobilizado

	Consolidado				
	2016			2015	
	Custo	Depreciação	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Líquido	Líquido
Instalações	4.141	(2.938)	-	1.203	1.203
Benfeitorias bens de terceiros	4.672	(3.889)	-	783	783
Máquinas e equipamentos (i)	76.040	(64.095)	(1.743)	10.201	11.964
Ferramentas e instrumentos	1.974	(1.892)	-	82	82
Móveis e utensílios	4.256	(3.420)	-	836	836
Veículos	653	(575)	-	78	78
Equipamentos de informática	15.124	(12.029)	-	3.095	3.095
Equipamento de Acesso de Sistema de comunicação	92	(63)	-	29	29
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 10b)	522	(524)	-	(2)	(2)
Imobilização em andamento	1.114	-	-	1.114	1.114
	<u>108.588</u>	<u>(89.425)</u>	<u>(1.743)</u>	<u>17.420</u>	<u>17.420</u>
	Controladora				
	2016			2015	
	Custo	Depreciação	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Líquido	Líquido
Instalações	3.115	(2.446)	-	669	1.047
Benfeitorias bens de terceiros	4.672	(3.889)	-	783	960
Máquinas e equipamentos (i)	76.038	(64.094)	(1.743)	10.201	11.964
Ferramentas e instrumentos	1.974	(1.892)	-	82	133
Móveis e utensílios	3.557	(2.992)	-	565	786
Veículos	653	(575)	-	78	155
Equipamentos de informática	8.861	(7.921)	-	940	1.270
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 10b)	522	(524)	-	(2)	10
Imobilização em andamento	1.114	-	-	1.114	666
	<u>100.506</u>	<u>(84.333)</u>	<u>(1.743)</u>	<u>14.430</u>	<u>16.991</u>

- (i) O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 inclui provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1.743, contabilizado no exercício de 2010, relativos aos projetos NGN e SOC-MSS. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia realizou avaliação para verificação da necessidade de aumento ou redução no valor de provisão para valor recuperável e não se identificou tal necessidade.

Movimentação do custo

	Consolidado					Saldo final
	1º. de janeiro de 2016	2016				
	Saldo inicial	Aquisição de Controlada	Adições	Baixas	Transferências	
Instalações	3.151	1.026	-	(39)	3	4.141
Benfeitorias bens de terceiros	4.465	-	-	-	207	4.672
Máquinas e equipamentos	73.948	2	-	(2.158)	4.248	76.040
Ferramentas e instrumentos	2.306	-	-	(383)	51	1.974
Móveis e utensílios	4.573	699	-	(1.095)	79	4.256
Veículos	825	-	-	(172)	-	653
Equipamentos de informática	11.497	4.745	1.518	(2.859)	223	15.124
Equipamento de Acesso de Sistema de comunicação	-	92	-	-	-	92
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 10b)	694	-	-	(172)	-	522
Imobilização em andamento	666	-	5.259	-	(4.811)	1.114
	102.125	6.564	6.777	(6.878)	-	108.588

	Controladora					Saldo final
	1º. de janeiro de 2015	2015				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		
Instalações	2.680	-	-	471		3.151
Benfeitorias bens de terceiros	4.295	-	-	170		4.465
Máquinas e equipamentos	70.300	-	(18)	3.666		73.948
Ferramentas e instrumentos	2.286	-	-	20		2.306
Móveis e utensílios	4.805	-	(414)	182		4.573
Veículos	825	-	-	-		825
Equipamentos de informática	12.235	-	(1.116)	378		11.497
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 10b)	694	-	-	-		694
Imobilização em andamento	884	4.669	-	(4.887)		666
	99.004	4.669	(1.548)	-		102.125

	Controladora					Saldo final
	1º. de janeiro de 2016	2016				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		
Instalações	3.151	-	(39)	3		3.115
Benfeitorias bens de terceiros	4.465	-	-	207		4.672
Máquinas e equipamentos	73.948	-	(2.158)	4.248		76.038
Ferramentas e instrumentos	2.306	-	(383)	51		1.974
Móveis e utensílios	4.573	-	(1.095)	79		3.557
Veículos	825	-	(172)	-		653
Equipamentos de informática	11.497	-	(2.859)	223		8.861
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 10b)	694	-	(172)	-		522
Imobilização em andamento	666	5.259	-	(4.811)		1.114
	102.125	5.259	(6.878)	-		100.506

Movimentação da depreciação

Consolidado						
	Taxa de depreciação % a.a	1º. de janeiro de 2016				Saldo final
		Saldo inicial	Aquisição Controlada	Adições	Baixas	
Instalações	10	(2.104)	(468)	(405)	39	(2.938)
Benfeitorias bens de terceiros	10	(3.505)	-	(384)	-	(3.889)
Máquinas e equipamentos (i)	10~20	(59.455)	(1)	(6.581)	1942	(64.095)
Ferramentas e instrumentos	20	(2.173)	-	(102)	383	(1.892)
Móveis e utensílios	10	(3.787)	(412)	(216)	995	(3.420)
Veículos	20	(670)	-	(77)	172	(575)
Equipamentos de informática	20	(10.227)	(3.949)	(657)	2.804	(12.029)
Equipamento de Acesso de Sistema de comunicação	20	-	(61)	(2)	-	(63)
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 10b)	33	(686)	-	(10)	172	(524)
		<u>(82.607)</u>	<u>(4.891)</u>	<u>(8.434)</u>	<u>6.507</u>	<u>(89.425)</u>
Controladora						
	Taxa de depreciação % a.a	1º. de janeiro de 2015				Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas		
Instalações	10	(1.872)	(232)	-	-	(2.104)
Benfeitorias bens de terceiros	10	(3.092)	(413)	-	-	(3.505)
Máquinas e equipamentos (i)	10~20	(52.642)	(6.831)	18	-	(59.455)
Ferramentas e instrumentos	20	(2.079)	(94)	-	-	(2.173)
Móveis e utensílios	10	(3.501)	(298)	12	-	(3.787)
Veículos	20	(575)	(95)	-	-	(670)
Equipamentos de informática	20	(10.043)	(528)	344	-	(10.227)
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 10b)	33	(549)	(137)	-	-	(686)
		<u>(74.353)</u>	<u>(8.628)</u>	<u>374</u>		<u>(82.607)</u>
Controladora						
	Taxa de depreciação % a.a	1º. de janeiro de 2016				Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas		
Instalações	10	(2.104)	(381)	39	-	(2.446)
Benfeitorias bens de terceiros	10	(3.505)	(384)	-	-	(3.889)
Máquinas e equipamentos (i)	10~20	(59.455)	(6.581)	1942	-	(64.094)
Ferramentas e instrumentos	20	(2.173)	(102)	383	-	(1.892)
Móveis e utensílios	10	(3.787)	(200)	995	-	(2.992)
Veículos	20	(670)	(77)	172	-	(575)
Equipamentos de informática	20	(10.227)	(498)	2.804	-	(7.921)
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 10b)	33	(686)	(10)	172	-	(524)
		<u>(82.607)</u>	<u>(8.233)</u>	<u>6.507</u>		<u>(84.333)</u>

- (i) A Companhia utiliza uma parcela dos itens de máquinas e equipamentos em contratos de locação (arrendamento operacional) para terceiros e esses sofrem depreciação acelerada de 20% ao ano.

18 Intangível

Consolidado				
2016				
	Custo	Amortização acumulada	Provisão redução ao valor recuperável	Líquido
Vida útil definida				
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	(7.912)	(23.512)	-
Gastos com softwares (b)	32.833	(24.955)	(1.363)	6.515
Imobilizado em andamento (software)	20	-	-	20
Gastos Pré-operacionais-incorp. Blue Ocean	130	(104)	-	26
Agio - Software desenvolvido internamente	769	(19)	-	750
Agio - Relacionamento com clientes	8.547	(267)	-	8.280
Goodwill	28.700	-	-	28.700
	<u>102.423</u>	<u>(33.257)</u>	<u>(24.875)</u>	<u>44.291</u>

Controladora					
2016					
	Custo	Amortização acumulada	Provisão redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	(7.912)	(23.512)	-	-
Gastos com softwares (b)	24.100	(20.913)	(1.363)	1.824	2.000-
Imobilizado em andamento (software)	20	-	-	20	-
	<u>55.544</u>	<u>(28.825)</u>	<u>(24.875)</u>	<u>1.844</u>	<u>2.000</u>

Movimentação do custo

Consolidado						
	1º. de janeiro de 2016	2016				Saldo final
	Saldo inicial	Aquisição Controlada	Adições	Baixas	Transferências	
Vida útil definida						
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	-	-	-	-	31.424
Gastos com softwares (b)	23.041	8.732	-	-	1.060	32.833
Imobilização em Andamento (Softwares)	-	-	1.080	-	(1.060)	20
Gastos Pré-operacionais-incorp. Blue Ocean	-	130	-	-	-	130
Agio - Software desenvolvido internamente	-	-	769	-	-	769
Agio - Relacionamento com clientes	-	-	8.547	-	-	8.547
Goodwill	-	-	28.700	-	-	28.700
	<u>54.465</u>	<u>8.862</u>	<u>39.096</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102.423</u>

Controladora					
1º. de janeiro de		2015			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	-	-	-	31.424
Gastos com softwares (b)	22.815	12	(5)	219	23.041
Imobilização em Andamento (Softwares)	-	219	-	(219)	-
	<u>54.239</u>	<u>231</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>54.465</u>

Controladora					
1º. de janeiro de		2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	-	-	-	31.424
Gastos com softwares (b)	23.041	-	-	1.059	24.100
Imobilização em Andamento (Softwares)	-	1.079	-	(1.059)	20
	<u>54.465</u>	<u>1.079</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.544</u>

Movimentação da amortização

Consolidado					
1º. de janeiro de		2016			
	Prazos de vida útil	Saldo inicial	Aquisição Controlada	Adições	Saldo final
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	5anos	(7.912)	-	-	(7.912)
Gastos com softwares (b)	3~5anos	(19.678)	(3.834)	(1.443)	(24.955)
Gastos Pré-operacionais-incorp. Blue Ocean	10 anos	-	(101)	(3)	(104)
Agio - Software desenvolvido internamente	10 anos	-	-	(19)	(19)
Agio - Relacionamento com clientes	5~8 anos	-	-	(267)	(267)
		<u>(27.590)</u>	<u>(3.935)</u>	<u>(1.732)</u>	<u>(33.257)</u>

		Controladora		
		1º. de janeiro de 2015	2015	
	Prazos de vida útil	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Vida útil definida				
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	5anos	(7.912)	-	(7.912)
Gastos com softwares (b)	3~5anos	(18.050)	(1.628)	(19.678)
		(25.962)	(1.628)	(27.590)
		Controladora		
		1º. de janeiro de 2016	2016	
	Prazos de vida útil	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Vida útil definida				
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	5anos	(7.912)	-	(7.912)
Gastos com softwares (b)	3~5anos	(19.678)	(1.235)	(20.913)
		(27.590)	(1.235)	(28.825)

- (a) Referem-se aos gastos com desenvolvimento relativos aos projetos NGN e SOC-MSS: O projeto NGN refere-se ao desenvolvimento e “tropicalização” das soluções de dois fornecedores principais para as chamadas redes de nova geração (NGN) baseadas no protocolo IP para substituição das redes tradicionais TDM de voz que começam a entrar em “phasing out”. o projeto MSS refere-se ao desenvolvimento dos Serviços Gerenciados de Segurança (MSS) e implementação do Centro de Operações de Segurança (SOC) para habilitação da Companhia a ofertar para o mercado local serviços de segurança para gerenciar e/ou monitorar redes de dados e infra-estruturas de segurança. Serviços a serem ofertados incluem: Firewalls gerenciados, serviços de VPN, serviços gerenciados de detecção de invasões, prevenção gerenciada de invasões, entre outros.
- (b) Refere-se a gastos com softwares adquiridos de terceiros.

Provisão para redução ao valor recuperável

Em 2011 foi aplicado teste para avaliar a capacidade dos projetos NGN e SOC-MSS recuperarem o montante investido e capitalizado como intangível (gastos com softwares adquiridos nestes projetos), e a conclusão foi negativa em razão de alterações no cenário de mercado. Sendo assim a Companhia constituiu 100% de provisão de perda do valor recuperável do investimento (“*impairment*”) sobre o saldo residual dos mesmos naquele exercício, cenário que não se alterou em 2015 e 2014, razão pela qual a provisão foi mantida.

19 Empréstimos

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015	
Empréstimos bancários (conta garantida)	-	-	13.110	
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131) (Nota 14)	7.110	5.815	142.304	
Total circulante	7.110	5.815	155.414	
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131) (Nota 14)	117.765	117.765	-	
Financiamentos	107	-	-	
Total não circulante	117.872	117.765	-	

Durante o exercício de 2016 a Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras com o objetivo de utilização para capital de giro. Do total dos empréstimos em 31 de dezembro de 2016, R\$ 124.982 referem-se a empréstimos em moeda estrangeira junto a instituições financeiras no exterior, na modalidade Lei 4131.s

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Natureza do Empréstimo	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	<u>Consolidado</u>	
				2016	2015
Empréstimos bancários (conta garantida)	110%	CDI	2016	-	
	19,99% a				
Empréstimos bancários (conta garantida)	27,42%		2016	761	
Financiamentos			2016	107	
Total empréstimos bancários moeda nacional				868	
	US\$+1,48% a	Libor +			
Empréstimo em moeda estrangeira	4,6% a.a.	IR+Spread	2017/2018/2019	124.114	
Total empréstimos bancários moeda estrangeira				124.114	
Total empréstimos bancários				124.982	

	Moeda	Taxa de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	<u>Controladora</u>	
					2016	2015
Empréstimos bancários (conta garantida)	R\$	110%	CDI	2016	-	13.110
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	USD	1,48% a 2,93% a. a.	Libor + IR + Spread	2017/2018/2 019	123.580	142.304
					123.580	155.414

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Movimentação dos saldos

Consolidado										
2016										
	2015					Baixas				Saldo final
	Saldo inicial	Adições			Juros provisionados	Amortização principal	Amortização variação cambial	Amortização juros		
	Aquisição Controlada	Captações principal	Variação cambial							
Empréstimos bancários (conta garantida)	13.110	118.300	-	6.869	(131.150)	-	(7.129)	-		
bancários (modalidade Lei 4131)	142.304	1.482	117.765	(27.294)	3.797	(128.851)	17.763	(2.091)	124.875	
Financiamentos		262	-	-	-	(155)	-	-	107	
	155.414	1.744	236.065	(27.294)	10.666	(260.156)	17.763	(9.220)	124.982	

Controladora									
2016									
	2015					Baixas			Saldo final
	Saldo inicial	Captações principal	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização variação cambial	Amortização juros		
Empréstimos bancários (conta garantida)	13.110	118.300	-	6.869	(131.150)	-	(7.129)	-	
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	142.304	117.765	(27.294)	3.797	(128.558)	17.715	(2.149)	123.580	
	155.414	236.065	(27.294)	10.666	(259.708)	17.715	(9.278)	123.580	

20 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2016	2016	2016	2015
No País	25.957	23.415	38.916	
No exterior	24.525	24.519	28.333	
Partes relacionadas (Nota 14)	33.001	33.001	51.892	
Provisão de custos	33.195	33.195	38.648	
Total circulante	116.678	114.130	157.789	
Partes relacionadas (Nota 14)	-	-	1.747	
Total não circulante	-	-	1.747	

A provisão de custos é baseada e constituída através da análise de projetos, de forma a assegurar o princípio da realização da receita e da confrontação das despesas no mesmo período contábil (regime de competência). Referida provisão é composta principalmente de gastos relativos a serviços já executados, porém ainda não faturados pelo fornecedor ou até pelo não recebimento da nota fiscal.

O controle desta conta é feito periodicamente e a revisão da necessidade de complemento ou estorno desta provisão é feita mensalmente, através de formulário emitido pelo PM (*Project Management*) ou BCM (*Business Control Management*) do projeto e aprovado pelos superiores responsáveis.

21 Provisões

a. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas administrativas e judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, conforme segue:

Consolidado				
2016				
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	
Tributárias	26.861	(12.889)	13.972	
Previdenciários	2.980	(483)	2.497	
Trabalhistas	6.108	(1.278)	4.830	
Cíveis	455	-	455	
	36.404	(14.650)	21.754	
Controladora				
2016				
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Tributárias	26.685	(12.889)	13.796	13.133
Previdenciários	2.980	(483)	2.497	2.437
Trabalhistas	5.879	(1.278)	4.601	5.271
Cíveis	455	-	455	459
	35.999	(14.650)	21.349	21.300

Movimentação dos processos no exercício

Consolidado								
2015		2016						
Baixas								
Provisão para contingências	Saldo final	Aquisição Controladora	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Tributárias	25.166	176	1.597	(78)	-	-	-	26.861
Previdenciários	3.100	-	99	-	-	(219)	-	2.980
Trabalhistas	6.648	229	1.390	(1.657)	-	(502)	-	6.108
Cíveis	459	-	-	(4)	-	-	-	455
	<u>35.373</u>	<u>405</u>	<u>3.086</u>	<u>(1.739)</u>	<u>-</u>	<u>(721)</u>	<u>-</u>	<u>36.404</u>
Depósitos judiciais								
Tributárias	(12.033)	-	(935)	-	-	-	79	(12.889)
Previdenciários	(663)	-	(44)	227	-	-	(3)	(483)
Trabalhistas	(1.377)	-	(215)	107	2	8	197	(1.278)
	<u>(14.073)</u>	<u>-</u>	<u>(1.194)</u>	<u>334</u>	<u>2</u>	<u>8</u>	<u>273</u>	<u>(14.650)</u>
	<u>21.300</u>	<u>405</u>	<u>1.892</u>	<u>(1.405)</u>	<u>2</u>	<u>(713)</u>	<u>273</u>	<u>21.754</u>
Controladora								
2015		2016						
Baixas								
Provisão para contingências	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final	
Tributárias	25.166	1.597	(78)	-	-	-	26.685	
Previdenciários	3.100	99	-	-	(219)	-	2.980	
Trabalhistas	6.648	1.390	(1.657)	-	(502)	-	5.879	
Cíveis	459	-	(4)	-	-	-	455	
	<u>35.373</u>	<u>3.086</u>	<u>(1.739)</u>	<u>-</u>	<u>(721)</u>	<u>-</u>	<u>35.999</u>	
Depósitos judiciais								
Tributárias	(12.033)	(935)	-	-	-	79	(12.889)	
Previdenciários	(663)	(44)	227	-	-	(3)	(483)	
Trabalhistas	(1.377)	(215)	107	2	8	197	(1.278)	
	<u>(14.073)</u>	<u>(1.194)</u>	<u>334</u>	<u>2</u>	<u>8</u>	<u>273</u>	<u>(14.650)</u>	
	<u>21.300</u>	<u>1.892</u>	<u>(1.405)</u>	<u>2</u>	<u>(713)</u>	<u>273</u>	<u>21.349</u>	

- (i) As reversões de provisão referem-se principalmente a provisões anteriormente constituídas para processos tributários/trabalhista com risco de perda provável que tiveram o risco alterado para possível ou remoto com base nos eventos ocorridos durante o exercício de 2016.
- (ii) Referem-se às reclassificações dos saldos de depósito judicial excedentes ao valor da provisão reconhecida nos processos relacionados para depósitos judiciais, no ativo não circulante.

Processos com risco de perda provável:

Processos tributários

As contingências tributárias mais relevantes são representadas pelos seguintes processos:

- **Federal** - Processos administrativos, judiciais e outros, totalizando R\$ 13.539 (R\$ 12.518 em 2015), sendo que o principal processo é relacionado com a finalidade de assegurar o direito de não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
- **Municipal** - Execuções Fiscais e processos administrativos no valor de R\$ 13.146 (R\$ 12.648 em 2015), sendo que o principal processo é relativo à demanda que possui como objeto pleitos do Município de Salvador, que exige o recolhimento do ISS sobre serviços de gerenciamento de obras realizadas no referido Município, e gerenciadas pela filial da Companhia situada em Guarulhos-SP.
- Processos previdenciários
- Relacionam-se em sua maioria a ações para discutir a incidência das contribuições previdenciárias (INSS) sobre mão de obra terceirizada, totalizando R\$ 2.980 (R\$ 3.100 em 2015).
- Processos trabalhistas
A Companhia se defende em 62 processos trabalhistas com risco de perda provável (70 em 2015), para os quais foram reconhecidas provisões que totalizam R\$ 5.870 (R\$ 6.648 em 2015). Estas ações trabalhistas possuem como objeto principal pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício por terceiros, horas-extras, comissões por vendas, insalubridade e periculosidade, não existindo processos de valor individualmente relevante.
- Processos cíveis
A Companhia figura no polo passivo de processos cíveis, de valores individualmente não significativos, propostos por fornecedores e clientes para discussão de valores devidos por serviços prestados e/ou fornecimento de bens. Para esses processos a Companhia registrou provisão de R\$ 455 (R\$ 459 em 2015), com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos.

Processos com risco de perda possível e remoto:

- Processos com risco de perda possível:
Dos processos classificados como de risco possível, os principais compreendem:
 - (i) Processo judicial decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, tendo como objeto o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, efetuados anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera judicial, após obter resultado parcialmente favorável em sede administrativa, com a redução do montante da autuação de R\$ 321 milhões para R\$ 273 milhões (valores originais). O valor residual atualizado até 31 de dezembro de 2016 é R\$ 387 milhões (R\$ 358 milhões em 2015).

Processos com risco de perda remoto:

- Dos processos classificados como de risco remoto, os principais compreendem:
- (ii) Auto de Infração emitido em dezembro de 2011, cujo valor atualizado até dezembro de 2016 é R\$ 202.800 (R\$187.993 em 2015), objetivando o recolhimento do imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, ocorridos, em sua grande maioria, anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera administrativa. Defesa protocolada em 27 de janeiro de 2012 e julgada procedente em 2012. A

Receita Federal apelou da decisão. A Administração está convicta de que a decisão que lhe foi favorável será mantida, sendo o risco de perda remoto.

Processo decorrente de auto de infração emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em 2011, cujo valor atualizado em dezembro de 2016 é R\$ 363.679 (R\$ 350.762 em 2015), relativo a operações de importação por conta e ordem de terceiros, nas quais a empresa comercial importadora estabelecida no Espírito Santo realizou o desembaraço aduaneiro e promoveu a entrada física das mercadorias em território capixaba, Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo. A Administração entende que os créditos tributários de ICMS que embasaram a autuação fiscal estão extintos ou suspensos, conforme disposto no Decreto nº 56.045 de 26 de julho de 2010, entendimento este que foi confirmado pelo Tribunal de Impostos e Taxas, aguardando-se, neste momento, apenas o trânsito em julgado da decisão de extinção destes créditos tributários.

Processo administrativo no valor de R\$ 147.836 (R\$ 143.974 em 2015), que tem como objeto a cobrança, pelo município de Itaquaquecetuba, de ISS (5%) com base no valor total do contrato de fornecimento de bens e serviços (R\$ 583.280), acrescido de multa e juros de mora. A defesa da Companhia se baseia na alegação de que o tributo, se devido fosse, deveria ser calculado somente sobre o valor equivalente aos serviços realizados no município em questão.

b. Garantias e cartas fiança

A Controladora contratou garantias e fianças junto a instituições financeiras, para assegurar a continuidade de processos judiciais bem como outras operações comerciais, segue abaixo detalhamento dos montantes em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora					
	2016			2015		
Tipo de garantia	Judiciais	Outros	Total	Judiciais	Outros	Total
Carta de fiança	33.324	5.874	39.198	45.563	8.961	54.524
Cheque caução	-	20	20	-	68	68
Seguro garantia	451.871	267	452.138	1.116	2.234	3.350
<i>Standby letter of credit</i>	-	-	-	-	19.524	19.524
Total	485.195	6.161	491.356	46.679	30.787	77.466

Os valores referentes a “*Stand by letter of credit*” tem o valor de USD 10 milhões e foram apresentados pelos respectivos valores em reais nos referidos exercícios.

A Companhia em 31 de dezembro de 2016 possui um ativo imobilizado dado em garantia a processo trabalhista cujo saldo residual nesta data corresponde a R\$ 38.

c. Outras provisões

	Controladora	
	2016	2015
Provisão para reestruturação (i)	-	3.434
Provisão sobre royalties	1.710	1.630
Provisão gastos com garantias (ii)	399	270
Provisão contrato oneroso (iii)	155	155
Provisão de ISS	1.599	1.311
 Total circulante	 3.863	 6.800
 Provisões - honorários (iv)	 5.384	 5.393
Provisão gastos com garantias (ii)	679	537
 Total não circulante	 6.063	 5.930

(i) Provisão para reestruturação

Em 2015, a Companhia se comprometeu a um plano de reestruturação para adequação de sua estrutura organizacional diante da nova realidade de mercado em que a Companhia se encontra. Seguindo o anúncio do plano, a Companhia reconheceu uma provisão para custos esperados de reestruturação compostos basicamente por custos de rescisão de contrato e benefícios de rescisão de funcionários, cujo saldo foi totalmente consumido durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2016.

(ii) Provisão para garantias

A provisão para garantia está relacionada à venda dos produtos e equipamentos, ocorrida durante os anos encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Referida provisão é calculada através de percentuais obtidos pelo histórico de consumo da garantia em períodos passados, aplicados na receita líquida mensal do faturamento de materiais e equipamentos.

A Companhia considera utilizar a provisão existente em 31 de dezembro de 2016, durante os anos de 2017 e 2018.

(iii) Provisão para contrato oneroso

Provisão constituída em junho de 2010 após avaliação de contratos da Companhia, em razão da identificação de projeto em situação deficitária o qual atendia as premissas de constituição de provisão para contrato oneroso previstas no CPC 25, parcialmente revertida em 2012, em função de revisão a qual constatou que parte dos itens, que constituíam risco de gastos, e faziam parte da composição do saldo de provisão seriam executados a um custo menor em função de sinergia com os novos projetos em andamento e substituição de tecnologia, deixando de constituir risco para Companhia.

(iv) Provisões - honorários

Provisão relativa aos honorários previstos para pagamento dos advogados que estão acompanhando processos de contingências passivas em sua maioria de natureza tributária.

Movimentação das outras provisões no exercício:

	Controladora				
	2015	2016			Saldo final
		Saldo inicial	Adição a provisão	Baixas	
			Utilização	Reversões	
Provisão para reestruturação	3.434	-	(3.434)	-	-
Provisão sobre royalties	1.630	705	(179)	(446)	1.710
Provisão gastos com garantias	270	304	(175)	-	399
Provisão para contrato oneroso	155	-	-	-	155
Outros	1.311	403	(115)	-	1.599
	<u>6.800</u>	<u>1.412</u>	<u>(3.903)</u>	<u>(446)</u>	<u>3.863</u>
Circulante					
Provisões - honorários	5.393	2.418	(2.427)	-	5.384
Provisão gastos com garantias	537	289	(147)	-	679
	<u>5.930</u>	<u>2.707</u>	<u>(2.574)</u>	<u>-</u>	<u>6.063</u>
Não circulante					

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 328.282, e está representado por 618.075 (403.618 em 2015) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 25 ações encontram-se em tesouraria.

Durante o ano de 2016 a Companhia recebeu aumentos de capital de sua controladora NEC Corporation conforme demonstrado abaixo:

- Em 01 de agosto de 2016 aumento de capital de R\$ 110.000 com emissão de 207.104 ações ordinárias;
- Em 29 de novembro de 2017 aumento de capital de R\$ 1.388 com emissão de 2.613 ações ordinárias;
- Em 12 de dezembro de 2017 aumento de capital de R\$ 2.517 com emissão de 4.740 ações ordinárias.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de Dezembro de 2016, a Companhia possuía em tesouraria 25 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal adquiridas em 1993 mediante aplicação de recursos originários das reservas de lucros, no montante de R\$ 9.259 (R\$ 9.259 em 2015) para futura alienação e/ou cancelamento.

c. Reserva de capital

Em 2016, foi reconhecido o valor de R\$ 10.443, correspondente a *Put and Call Option*, opção de compra futura dos 25% dos sócios minoritários da Arcon Informática S.A, cuja Companhia adquiriu controle de 75% em 02 de outubro de 2016.

d. Participação dos sócios não controladores

A tabela a seguir resume as informações da controlada da Companhia, a qual tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

31 de dezembro de 2016

<i>Em milhares de Reais</i>	Nec Soluções de Segurança Cibernática S.A.
Percentual dos não controladores	25%
Ativo não circulante	8.390
Ativo circulante	15.926
Passivo não circulante	(10.211)
Passivo circulante	(9.830)
Ativos líquidos	4.275
Ativos líquidos não atribuíveis aos não controladores	1.069

23 Receita operacional

Abaixo apresentamos a abertura da receita operacional líquida:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Receita operacional bruta			
Venda de produtos	262.715	262.715	293.925
Serviços prestados	285.029	278.965	293.085
Deduções			
Impostos sobre as vendas	(105.022)	(104.326)	(110.159)
Devoluções e abatimentos	(10.741)	(10.741)	(13.248)
Receita operacional	431.981	426.613	463.603

24 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Custo da mercadoria vendida	(127.613)	(125.598)	(176.413)
Custos com pessoal (Nota 26)	(49.413)	(48.774)	(42.552)
Depreciação e amortização	(6.291)	(6.291)	(6.618)
Serviços de terceiros e outros	(133.753)	(133.072)	(127.306)
	(317.070)	(313.735)	(352.889)

25 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Reversão provisão para contingências	2.821	1.944	2.512
Outros	1.609	440	4.320
	<u>4.430</u>	<u>2.384</u>	<u>6.832</u>

b. Outras despesas

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Despesas com reestruturação (<i>lay-off</i>)	(1)	(1)	(31.486)
Despesa provisão para contingências	(5.822)	(5.314)	(4.884)
Outros	(4.076)	(3.001)	(1.347)
	<u>(9.899)</u>	<u>(8.316)</u>	<u>(37.717)</u>

26 Despesas com pessoal

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Ordenados e salários	(56.249)	(53.738)	(51.427)
Contribuições compulsórias para previdência social	(16.922)	(16.733)	(12.225)
Provisões 13º salário e férias	(9.454)	(8.918)	(8.418)
Encargos assistenciais	(10.732)	(10.519)	(9.427)
Despesas encargos sociais (FGTS)	(7.615)	(7.386)	(4.596)
Honorários da administração (Nota 29)	(2.375)	(2.215)	(2.193)
Contribuições para plano de contribuição definida	-	-	(6)
Outros proventos	(5.021)	(4.815)	(8.558)
	<u>(108.368)</u>	<u>(104.324)</u>	<u>(96.850)</u>

Na controladora, do montante total de despesas de pessoal identificados no quadro acima, R\$ 48.774 (R\$ 42.552 em 2015) foi incluído no custo dos produtos vendidos e serviços prestados, R\$ 0 (R\$ 1.085 em 2015) nas despesas de vendas e R\$ 55.550 (R\$ 53.212 em 2015) nas despesas administrativas e gerais.

Honorários da Administração

Os honorários da Administração, conforme destacado em linha específica na demonstração de resultados no montante total de R\$ 2.215 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.193 em 2015) incluem os salários, os encargos sobre salários e os benefícios de curto prazo.

27 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Receitas financeiras			
Ganhos com operações de <i>swap e hedge</i>	712	708	89.244
Variações cambiais ativas	21.527	21.589	-
Variações monetárias ativas	4.055	4.055	4.168
Juros sobre aplicações financeiras	3.027	2.685	1.401
Outros	1.608	1.605	1.662
	<u>30.929</u>	<u>30.642</u>	<u>96.475</u>
Despesas financeiras			
Perdas com operações de <i>swap e hedge</i>	(35.953)	(35.949)	(17.687)
Variações cambiais passivas	-	-	(91.076)
Variações monetárias passivas	(9.920)	(9.920)	(1.772)
Juros	(11.542)	(11.452)	(8.050)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (i)	5.179	5.179	(1.695)
Comissão decorrente de operação de cessão de crédito sem direito de regresso	(1.883)	(1.883)	(2.568)
Outros	(3.786)	(3.730)	(1.606)
	<u>(57.905)</u>	<u>(57.755)</u>	<u>(124.454)</u>
Despesa(Receitas) financeiras líquidas	<u>(26.976)</u>	<u>(27.113)</u>	<u>(27.979)</u>

(i) Os valores de 2016 e 2015 referem-se aos juros sobre passivos fiscais incluídos no REFIS IV - Lei 11.941/09.

28 Despesas de vendas

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Fretes	(5.922)	(5.922)	(7.851)
Adição(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	633	633	(12.708)
Royalties	(2.144)	(2.144)	(2.080)
Despesas de pessoal (Nota 26)	-	-	(1.085)
Comissões sobre vendas	(23)	(23)	(63)
(Ganhos) perdas com encerramento de contratos	(1.588)	(1.588)	(295)
	<u>(9.044)</u>	<u>(9.044)</u>	<u>(24.082)</u>
Total	<u>(9.044)</u>	<u>(9.044)</u>	<u>(24.082)</u>

29 Despesas administrativas e gerais

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2016	2016	2015
Despesas com pessoal (Nota 26)	(57.579)	(55.550)	(53.212)
Serviços de terceiros	(13.878)	(13.542)	(12.704)
Serviço de software	(8)	-	-
Gastos gerais:	-	-	-
Ocupação - imóveis	(3.722)	(3.414)	(3.322)
Viagens	(3.439)	(3.361)	(3.405)
Processamento de dados	(3.221)	(3.221)	(2.854)
Comunicações	(727)	(689)	(1.037)
Impostos, taxas e contribuições	(842)	(808)	(205)
Veículos	(750)	(750)	(440)
Água, luz e gás	(937)	(923)	(1.094)
Depreciação/Amortização	(2.617)	(2.205)	(2.694)
Recuperação de gastos	18.660	18.660	12.061
Outros	(3.997)	(3.793)	(3.483)
	<u>(73.057)</u>	<u>(69.596)</u>	<u>(72.389)</u>
Despesas administrativas e gerais	<u>(70.682)</u>	<u>(67.381)</u>	<u>(70.196)</u>
Honorários da administração (Nota 26)	<u>(2.375)</u>	<u>(2.215)</u>	<u>(2.193)</u>

30 Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	Controladora
Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2016	1.486.111
Base negativa de contribuição social	1.535.845

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social sobre o lucro está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Dentre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existem saldos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 1.110.579 (R\$ 1.110.579 em 2015) e R\$ 1.127.855 (R\$ 1.127.855 em 2015) respectivamente, os quais não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

31 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio) o qual é aprovado pela Administração

para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia opera somente com instituições financeiras consideradas de primeira linha. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
 - Risco de liquidez;
 - Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos;
 - Risco de taxas de juros; e
 - Risco de taxa de câmbio.
- Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Companhia.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Consolidado 2016
Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e bancos	8	8.413
Aplicações financeiras	8	14.328
Empréstimos e recebíveis:		
Contas a receber de clientes	9	236.649
Arrendamento mercantil a receber	10a	9.863
Outros créditos		9.441
		<u>278.694</u>

		Controladora	
	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e bancos	8	7.371	1.631
Aplicações financeiras	8	11.507	5.210
Empréstimos e recebíveis:			
Contas a receber de clientes	9	233.829	201.513
Arrendamento mercantil a receber	10a	9.863	10.720
Outros créditos		8.803	25.327
		271.373	244.401

O vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

	Consolidado	
	2016	
	Bruto	Provisão perdas
Não vencidos	59.271	
Vencidos até 30 dias	57.720	(2)
Vencidos entre 31-90 dias	43.641	(11)
Vencidos entre 91-180 dias	28.319	(57)
Vencidos entre 181 - 365 dias	30.441	(230)
Vencidos há mais de um ano	40.431	(3.570)
Total	259.823	(3.870)

	Controladora			
	2016		2015	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
Não vencidos	56.081		49.105	
Vencidos até 30 dias	57.544	(2)	45.291	(9.946)
Vencidos entre 31-90 dias	43.606	(11)	55.511	(16)
Vencidos entre 91-180 dias	28.262	(57)	30.840	(30)
Vencidos entre 181 - 365 dias	30.441	(230)	13.881	(265)
Vencidos há mais de um ano	40.431	(3.570)	60.875	(5.686)
Total	256.365	(3.870)	253.503	(15.943)

A provisão para perdas por redução no valor a recuperar na Controladora referem-se às contas a receber de clientes em atraso constituída com base na avaliação individual dos créditos e no histórico de perdas.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Controladora	
	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	15.943	8.076
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	(12.073)	(5.094)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	12.961
Saldo em 31 de dezembro	3.870	15.943

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros não derivativos:

Consolidado							
2016							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	20	116.678	116.678	107.980	8.668	30	-
Empréstimos	19	124.982	160.265	15.843	543	94.617	49.262
Adiantamentos e créditos de clientes		1.835	1.835	1.656	83	96	-
Outras contas a pagar		15.147	15.148	15.127	19	2	-
Arrendamento mercantil a pagar	10b	351	351	48	57	126	120
		258.993	294.277	140.654	9.370	94.871	49.382
Controladora							
2016							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	20	114.130	114.130	105.463	8.667	-	-
Empréstimos	19	123.580	158.863	15.246	-	94.355	49.262
Adiantamentos e créditos de clientes		1.600	1.600	1.600	-	-	-
Outras contas a pagar		15.054	15.054	15.054	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	10b	351	351	48	57	126	120
		254.715	289.998	137.411	8.724	94.481	49.382

Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, somente são efetuadas aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI. Para os empréstimos contratados em moeda estrangeira com taxa fixa, foram contratadas operações com derivativos (*Swaps*), convertendo as mesmas para percentual de variação do CDI.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, para aquisição de insumos e empréstimos no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge (*Swaps*) para mitigar esses riscos.

A exposição da Companhia ao risco de oscilações na moeda estrangeira está composta pelos seguintes valores (base em valores nominais):

	Consolidado	
	USD (000)	
	2016	2015
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	23	35
Contas a receber (partes relacionadas)	-	247
Estoques - importação em trânsito	246	1.057
Estoques - adiantamento a fornecedores (exterior)	8	4
Estoques - adiantamento a fornecedores (partes relacionadas)	105	22
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4131)	-	(26.576)
Fornecedores com exposição em dólar (nacional)	-	(1.163)
Fornecedores (exterior)	(7.187)	(9)
Fornecedores (partes relacionadas)	(10.145)	(7.076)
Impostos e contribuições a recolher - impostos de importação	-	(13.936)
Exposição líquida	(16.950)	(47.395)
	Controladora	
	USD (000)	
	2016	2015
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	23	35
Contas a receber (partes relacionadas)	-	247
Estoques - importação em trânsito	246	1.057
Estoques - adiantamento a fornecedores (exterior)	8	4
Estoques - adiantamento a fornecedores (partes relacionadas)	105	22
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4131)	-	(26.576)
Fornecedores com exposição em dólar (nacional)	-	(1.163)
Fornecedores (exterior)	(7.187)	(9)
Fornecedores (partes relacionadas)	(10.143)	(7.076)
Impostos e contribuições a recolher - impostos de importação	-	(13.936)
Exposição líquida	(16.948)	(47.395)

Os valores de outras contas a pagar e outros créditos com partes relacionadas são oriundos de transações originadas em moeda local (Reais) e que portanto não estão sujeitos à oscilação nas taxas de câmbio.

Para se proteger contra os riscos de variação cambial sobre os saldos expostos a moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos como compra a futuro de moeda estrangeira e *Swaps*. Apesar disso, o vencimento desses instrumentos financeiros derivativos não estão casados com os vencimentos dos compromissos acima em moeda estrangeira, não se tratando de um hedge efetivo.

Análise de sensibilidade de variações e risco de exposição cambial

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre o saldo de valores contábeis sujeitos a este tipo de risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras. O cenário provável considera a taxa de câmbio de R\$ 3,2591 idêntica a taxa utilizada nestas demonstrações financeiras, razão pela qual este cenário apresenta resultado nulo. Para os cenários A e B, a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 4,0739 e R\$ 4,8887 respectivamente.

				Consolidado		
				Efeito em R\$ no resultado		
Operação	Moeda	Exposição em USD (000)	Risco	Provável	A Possível 25%	B Remoto 50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	16.950	Aumento da cotação do USD	-	13.817	27.627
Contratos de dólar futuro	USD	-	Efeito da proteção do dólar futuro	-	-	-
<i>Swap s/</i> empréstimos em moeda estrangeira	USD	-	Efeito da proteção dos swaps	-	-	-
Efeito total no resultado				<u>-</u>	<u>13.817</u>	<u>27.627</u>
				Controladora		
				Efeito em R\$ no resultado		
Operação	Moeda	Exposição em USD (000)	Risco	Provável	A Possível 25%	B Remoto 50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	16.948	Aumento da cotação do USD	-	13.809	27.618
Contratos de dólar futuro	USD	-	Efeito da proteção do dólar futuro	-	-	-
<i>Swap s/</i> empréstimos em moeda estrangeira	USD	-	Efeito da proteção dos swaps	-	-	-
Efeito total no resultado				<u>-</u>	<u>13.809</u>	<u>27.618</u>

b. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia com liquidação no vencimento de cada operação.

	Controladora			
	Valor de referência (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)	
	2016	2015	2016	2015
Contratos futuros				
NDF's vencimento 02/01/2017	17.000	-	2.905	-
NDF's vencimento 04/01/2016		20.000		425
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 15/01/2016		3.408		5.501
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 12/01/2016		5.000		5.176
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 24/02/2016		5.000		4.448
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 04/03/2016		4.300		2.750
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 31/03/2016		8.000		302
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 27/10/2016		9.367		4.488

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Controladora auferiu perdas de R\$ 35 (ganhos líquidos de R\$ 71.557 em 2015) com instrumentos financeiros derivativos, que encontram-se registrados na conta de receitas (ganhos) e despesas (perdas) financeiras no resultado (Nota 27).

c. Valor justo de instrumentos financeiros não derivativos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 estão identificados a seguir:

	Consolidado	
	2016	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	14.328	14.328
Outros investimentos	5	5
Ativos mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	8.413	8.413
Contas a receber de clientes	236.649	236.649
Arrendamento mercantil a receber	9.863	9.863
Outros créditos	9.441	9.441
	<u>278.699</u>	<u>278.699</u>
Passivo		
Passivos mensurados pelo custo amortizado:		
Empréstimos	124.982	124.982
Fornecedores	116.678	116.678
Adiantamentos e crédito de clientes	1.835	1.835
Outras contas a pagar	15.147	15.147
Arrendamento mercantil a pagar	351	351
	<u>258.993</u>	<u>258.993</u>

		Controladora	
		2016	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras		11.507	11.507
Outros investimentos		5	5
Ativos mensurados pelo custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos		7.371	7.371
Contas a receber de clientes		233.829	233.829
Arrendamento mercantil a receber		9.863	9.863
Outros créditos		8.803	8.803
		<u>271.378</u>	<u>271.378</u>
Passivo			
Passivos mensurados pelo custo amortizado:			
Empréstimos		123.580	123.580
Fornecedores		114.130	114.130
Adiantamentos e crédito de clientes		1.600	1.600
Outras contas a pagar		15.054	15.054
Arrendamento mercantil a pagar		351	351
		<u>254.715</u>	<u>254.715</u>

d. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo.

				Consolidado		
				2016		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3			
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:						
Aplicações financeiras	-	14.328	-			
Outros investimentos	-	5	-			
Subtotal		<u>14.333</u>				
Passivos financeiros derivativos:						
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/empréstimos)	-	(2.905)	-			
Total	-	<u>(2.905)</u>	-			

Descrição	Controladora		
	2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	-	11.507	-
Outros investimentos	-	5	-
	-	11.512	-
Subtotal	-	11.512	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(2.905)	-
	-	(2.905)	-
Total	-	(2.905)	-

32 Eventos subsequentes

Empréstimos

Durante o primeiro trimestre de 2017 a Companhia realizou a captação de R\$ 8.620 de empréstimo na modalidade “*Conta Garantida*” para financiamento de seu capital de giro. A taxa de juros praticada foi de 109,5% do CDI. O valor total foi liquidado e o saldo remanescente zerado.

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Provisão para Contingências

Processo nº 3.162.380 com risco de perda remoto, contido na nota explicativa 21 Provisões, obteve ganho de causa definitiva em Janeiro de 2017 a favor da Companhia. O processo é decorrente de auto de infração emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em 2011, cujo valor atualizado em dezembro de 2016 é R\$ 363.679, relativo a operações de importação por conta e ordem de terceiros, nas quais a empresa comercial importadora estabelecida no Espírito Santo realizou o desembaraço aduaneiro e promoveu a entrada física das mercadorias em território capixaba, Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Conselho de Administração

Toshiya Matsui
Presidente do Conselho de Administração

Masazumi Takata
Substituto do Presidente do Conselho de
Administração

Masakazu Yamashita
Conselheiro

Shigueru Okuya
Conselheiro

Yutaka Matsushita
Conselheiro

Matsuura Shigueru
Conselheiro

Mayuko Kayoiji
Conselheiro

Hiroyuki Sekizawa
Conselheiro

Diretoria

Masazumi Takata
Presidente

Hiromi Furumoto
Vice-Presidente Executivo

Daniel Gustavo Mirabile
Diretor Geral das Operações Brasil

Controladoria

Adriano Zaccari Fortuna
CFO

Flávio Hirata
Controller

Hiromi Furumoto
Contador - CRC/SP 120033